

**Saint Michel 37 Empreendimentos
Imobiliários S.A.**

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022

com Relatório dos Auditores Independentes

Saint Michel 37 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e acionistas da

Saint Michel 37 Empreendimentos Imobiliários S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Saint Michel 37 Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saint Michel 37 Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em função da falta de perspectiva de novos investimentos, a Administração da Companhia vem implementando ações para o encerramento de suas atividades e sua dissolução, mas que dependem da regularização documental do imóvel, reparos e regularizações construtivos. Apesar de ainda não formalmente deliberado, tais ações implicam em incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com o pressuposto da continuidade normal dos negócios. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1



Alexandre De Labetta Filho
Contador CRC 1SP-182.396/O-2



Vanderlei Marcello Fernandes Junior
Contador CRC 1SP-297.750/O-4

Baker Tilly 4Partners atuando como Baker Tilly é membro da rede global da Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

Saint Michel 37 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO			
	Notas	2022	2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.069	2.811
Impostos a recuperar	-	47	10
Total do ativo circulante		3.116	2.821
Total do ativo		3.116	2.821

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saint Michel 37 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2022	2021
Passivo circulante			
Fornecedores	5	18	116
Contas a pagar com partes relacionadas	6	345	-
Impostos e contribuições	-	73	8
Total do passivo circulante		436	124
Patrimônio líquido			
Capital social	8	19.378	19.378
Prejuízos acumulados	-	(16.698)	(16.681)
Total do patrimônio líquido		2.680	2.697
Total do passivo e patrimônio líquido		3.116	2.821

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saint Michel 37 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Notas	2022	2021
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	10	(259)	(584)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(259)	(584)
Receitas financeiras			
Receitas financeiras	11	330	159
Resultado antes dos impostos		71	(425)
Imposto de renda e contribuição social	9	(88)	(41)
Prejuízo do exercício		(17)	(466)
Prejuízo por ação - (R\$)		(0,00027)	(0,00732)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saint Michel 37 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(17)	(466)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(17)</u></u>	<u><u>(466)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saint Michel 37 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020		19.378	(28.722)	(9.344)
Prejuízo do exercício	-	-	(466)	(466)
Reversão de dividendos a pagar	8	-	12.507	12.507
Saldos em 31 de dezembro de 2021		19.378	(16.681)	2.697
Prejuízo do exercício	-	-	(17)	(17)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		19.378	(16.698)	2.680

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saint Michel 37 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos	71	(425)
(Aumento) / redução de ativos		
Diminuição de impostos a recuperar	(37)	4
Diminuição / (aumento) de outros ativos	-	5
(Diminuição) / aumento de fornecedores	(98)	77
(Diminuição) / aumento de contas a pagar - partes relacionadas	345	-
Diminuição obrigações tributárias	-	(1)
Pagamento de impostos e contribuições	(23)	(34)
Caixa líquido gerado / (aplicado) nas atividades operacionais	258	(374)
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	258	(374)
No início do exercício	2.811	3.185
No fim do exercício	3.069	2.811
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	258	(374)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saint Michel 37 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Saint Michel 37 Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”) foi constituída em 1º de fevereiro de 2013 sob a forma de Companhia por quotas de responsabilidade limitada e transformada em Companhia por ações em 19 de dezembro de 2013 e tem como objeto social a atividade predominante de desenvolvimento, comercialização e a exploração de empreendimentos imobiliários próprios, podendo participar de outras sociedades como acionista ou quotista. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo – SP.

O contrato de construção sob medida para locação (“*Built-to-suit*”) foi celebrado durante o exercício de 2013 e foi posteriormente alienado a terceiros em 2017, pelo valor de R\$198.000, registrada uma perda no resultado do exercício daquele ano no montante de R\$88.816.

Em função da falta de perspectiva de novos investimentos, a Administração vem implementando ações para o encerramento de suas atividades e dissolução da Companhia, destacando-se:

- a)** Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 22 de dezembro de 2017 e 16 de março de 2018, foram deliberadas a redução de capital social da Companhia no valor de R\$ 27.685 e R\$ 16.607, respectivamente, por considerá-lo excessivo em relação às atividades exercidas pela Companhia;
- b)** A Assembléia Geral Extraordinária instalada em 04 de dezembro de 2020 foi suspensa e retomada por diversas vezes, sendo concluída somente em 26 de abril de 2021, onde os acionistas aprovaram por maioria de votos as seguintes deliberações:
 - b.1)** Reversão de dividendos declarados em exercícios anteriores e não pagos, à conta de lucros acumulados da Companhia, no total de R\$12.507; e
 - b.2)** Formalização pela Administração da dação de imóvel em pagamento prevista no Instrumento de Permuta, ficando a Administração autorizada a formalizar a respectiva escritura pública e tomar todas as demais providências necessárias à formalização da dação em pagamento, concluindo assim, todas as obrigações da Saint Michel sob o Instrumento de Permuta.

A Companhia possui ainda obrigações remanescentes, notadamente em relação à regularização documental do imóvel, reparos e regularizações construtivos. Todas as providências a cargo da Saint Michel previstas no Instrumento de Permuta e acordadas com as respectivas contrapartes já foram iniciadas. Assim, a dissolução da Companhia irá depender da conclusão de tais regularizações.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei nº 11.604/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, de acordo com a NBC TG 1000, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, através das Resoluções números 1.255/09, 1.285/10 e 1.319/10. Estes pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), através do CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios.

Todos os valores apresentados nessas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 15 de fevereiro de 2023.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As despesas são representadas basicamente por despesas administrativas e financeiras, as quais estão registradas pelo regime de competência.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das respectivas transações e com risco insignificante de mudança de seu valor. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos.

c) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Outros ativos e passivos --Continuação

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

d) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

e) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, assim como fornecedores.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Atualmente, exceto pelo caixa e equivalente de caixa que são avaliados pelo valor justo por meio do resultado, os demais ativos financeiros que a Companhia possui instrumentos financeiros classificados como mensurado a custo amortizado. Os passivos financeiros que incluem financiamentos são classificados como passivos financeiros e mensurados a custo amortizado.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

a) Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

b) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Ativos financeiros não derivativos

i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado uma vez que a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo destes ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Passivos financeiros não derivativos

i. Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

f) Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15% acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro.

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime tributário de lucro presumido.

Saint Michel 37 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação**g) Resultado por ação**

O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 – inciso VII da Lei no 6.404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações financeiras).

h) Demonstrações do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)).

i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 ou após

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vez em 2022 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes. As práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), não sofreram alterações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e Bancos	-	1
Aplicações financeiras	3.069	2.810
	3.069	2.811

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras. As aplicações referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), sendo resgatáveis em prazo inferior a 90 dias e com remuneração média de 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), com liquidez diária, sem multas, restrições ou alterações no percentual de rentabilidade por resgate antecipado.

Saint Michel 37 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

5. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores	18	116
	18	116

Referem-se às pendências de obras a pagar, que serão pagos de acordo com regularização de obras.

6. Partes relacionadas**6.1. Contas a pagar “rateio de despesas”**

	2022	2021
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	345	-
	345	-

6.2. Remuneração da diretoria

O estatuto social da Companhia prevê remuneração para a sua Diretoria os quais são rateados entre as empresas do Grupo Logbras.

7. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam processos de natureza legal, administrativas e cíveis, movidos contra a Companhia, cuja probabilidade de perdas fosse avaliada como prováveis e ou possíveis, conforme representado pelos consultores jurídicos e pela Administração.

8. Patrimônio líquido**Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 19.378, divididos em 63.670.001 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Acionista	%	R\$
Fundo de Investimento em Participações Brasil Nordeste Desenvolvimento Imobiliário Multiestratégia	63,88	12.379
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	36,12	6.999
Carcharias 45 Empreendimento Imobiliários S.A. (a)	-	-
	100,00	19.378

(a) Acionista detém 1 (uma) ação ordinária.

Movimentações societárias de anos anteriores

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.a), durante o exercício de 2018 a Companhia realizou movimentações societárias relacionadas ao cancelamento dos dividendos contabilizados no montante de R\$12.507 e a redução do capital social no montante de R\$16.607 com consequente envio dos recursos aos seus acionistas.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1. b), em 26 de abril de 2021 a ata que formaliza a aprovação do cancelamento dos dividendos foi formalmente aprovada por maioria de votos em Assembléia Geral Extraordinária.

Saint Michel 37 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

9. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

Conciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação - lucro presumido	2022	2021
Receitas financeiras	330	159
(x) Alíquota fiscal vigente	34%	34%
(=) IRPJ (15%) e CSLL (9%)	(79)	(38)
(+) Adicional IRPJ	(9)	(3)
(=) Provisão para IRPJ e CSLL	(88)	(41)

10. Despesas administrativas e gerais

	2022	2021
Serviços técnicos PJ	(194)	(232)
Despesas com pendências pós-obra	-	(119)
Assistência jurídica	(15)	(95)
Despesa com pessoal	(41)	(116)
Publicações	-	(4)
Despesas de cartório	-	(4)
Impostos e taxas	-	(1)
Outras despesas	(9)	(13)
	(259)	(584)

11. Receitas financeiras

	2022	2021
Rendimentos de aplicações financeiras	330	120
Descontos obtidos	-	39
Total das receitas financeiras	330	159

12. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são descritos a seguir:

	2022	2021
Ativo - custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.069	2.811
	3.069	2.811
Passivo - custo amortizado		
Fornecedores	18	116
Contas a pagar - partes relacionadas	345	-
	363	116

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns com fornecedores, aplicações financeiras e caixa e bancos mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

12. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2022, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.